

## REFLEXÕES SOBRE A UNIVERSIDADE E MOBILIDADE ESTUDANTIL: UMA VIAGEM HISTÓRICA

Lindalva Regina da Nóbrega Vale

Mestranda MPPGAV/UFPB

[linda.nobrega2@gmail.com](mailto:linda.nobrega2@gmail.com)

Maria da Salete Barboza de Farias

Docente/MPPGAV/UFPB

[runasluz@gmail.com](mailto:runasluz@gmail.com)

Edineide Jezini Mesquita Araujo

Docente/MPPGAV e PPGE/UFPB

[edjezine@gmail.com](mailto:edjezine@gmail.com)

**RESUMO:** A mobilidade humana é um fenômeno que marca a vida em sociedade e no campo educacional assumindo características próprias em cada momento histórico. O presente ensaio tem como objetivo discutir, a partir de uma construção histórica, o início da Universidade, contextualizando os passos e significações da mobilidade estudantil, refletindo como este cenário foi construído no Brasil, particularmente nas instituições de ensino superior. Inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico sobre o tema e a partir daí arquitetamos uma linha de argumentação em torno do curso de edificação da Universidade, mais precisamente em torno da mobilidade estudantil. Destacamos a comparação dos tempos e significados oferecidos pelo olhar histórico, instigando o debate sobre as políticas de globalização no Ensino Superior por meio do intercâmbio de pessoas em sua extensão internacional.

**Palavras-Chave:** Educação Superior; Internacionalização; Mobilidade Estudantil.

### **Introdução: arrumando as idéias**

A mobilidade humana é um fenômeno antigo que marca a vida em sociedade, não sendo também um processo recente no campo educacional. Para cada período histórico esta mobilidade se reproduz e expressa características próprias. A instituição Universidade nasceu como uma associação entre estudantes e professores de diversos países que formavam uma comunidade internacional tendo como ponto central a busca do conhecimento. O presente ensaio tem como objetivo discutir, a partir de uma construção histórica, o início da Universidade, contextualizando os passos e significações da mobilidade estudantil ao longo da história e refletir como este cenário foi construído no Brasil.

Para construir esta discussão histórica, realizamos um levantamento bibliográfico sobre o tema e a partir daí tentamos arquitetar uma linha de argumentação em torno do curso de edificação da Universidade, mais precisamente em torno da

mobilidade estudantil, visando contribuir, através da comparação dos tempos e significados oferecidos com o debate sobre as políticas de globalização no Ensino Superior por meio do intercâmbio de pessoas. Inicialmente, iremos descrever a origem da Universidade apresentando um olhar exploratório sobre as características da mobilidade estudantil nesta época, tentando compreendê-la a partir da sua trajetória inicial.

Num segundo momento, buscamos narrar o caminho histórico da Universidade brasileira e seus primeiros passos na mobilidade estudantil perpassando por alguns momentos protagonizados pela Educação Superior nacional como a Reforma Universitária da década de 1968 com destaque para a construção da Pós-Graduação no Brasil e seu trajeto na busca pela internacionalização no contexto do intercâmbio de discentes. Este nível de ensino foi foco de articulação para a construção de um ideal de Modernização do País desde a década de 1960; a Reforma educacional da década de 1990 será tratada considerando características embasadas nas recomendações do que se convencionou chamar Consenso de Washington; decorreremos sobre o curso de edificação da Universidade, mais precisamente em torno da mobilidade estudantil, através da comparação dos tempos e significados oferecidos pelo olhar histórico, com o debate sobre as políticas de globalização no Ensino Superior por meio do intercâmbio de pessoas; e, por fim, apresentamos as considerações finais.

### **O surgimento da Universidade e a Mobilidade Estudantil: check-In**

De acordo com Charle e Verger (1996), as primeiras Universidades surgiram na Europa Ocidental no início do século XIII, as quais são as Universidades de Bolonha, Paris, Oxford e Montpellier.

No contexto do nascimento das Universidades, transformações históricas importantes estavam acontecendo na Europa, como o desenvolvimento geral do Ocidente, renovação econômica, crescimento urbano, o renascimento das cidades e seu aumento no número de habitantes. Com estes fatos, a igreja, necessitava apelar a letrados competentes e em maior número, pois os eclesiásticos deveriam “conduzir” uma maior quantidade de fiéis, da mesma forma, em menos escala, os poderes leigos e as classes dirigentes, precisavam aumentar o número de juristas para atuarem nos tribunais e de funcionários para gerir os negócios, tanto públicos quanto privados.

Sobre este início os autores argumentam que

Se aceitarmos atribuir à palavra Universidade o sentido relativamente preciso de “comunidade (mais ou menos) autônoma de mestres e alunos reunidos para assegurar o ensino de um determinado número de disciplinas em um nível superior”, parece claro que tal instituição é uma criação específica da civilização ocidental, nascida na Itália, na França e na Inglaterra no início do século XIII. Esse modelo, pelas vicissitudes múltiplas, perdurou até hoje (apesar da persistência, não menos duradoura, de formas de ensino superior diferentes ou alternativas) e disseminou-se mesmo por toda a Europa e, a partir do século XVI, sobretudo dos séculos XIX e XX, por todos os continentes. (CHARLE; VERGER, 1996. Pg. 7, 8.)

Seguindo o argumento dos autores sobre o significado de Universidade, desde o momento da sua criação ela possuía um caráter internacional evidente, derivando nominalmente do termo latino “*universitas*”, (que significa agrupamento ou universalidade) e surgindo como uma associação entre estudantes e professores de diversos países que formavam uma comunidade internacional que tinham o conhecimento como ponto central. Esta, segundo os mesmos, não possuía características institucionais bem definidas, pois as aulas poderiam ocorrer em qualquer local e os alunos seguiam os seus mestres por diversas regiões europeias e o pagamento era feito pelo próprio estudante diretamente ao professor.

Em torno de 1190, ocorreram mudanças significativas nas instituições de ensino, pois se subtraindo à autoridade dos doutores, os estudantes começaram a se reagrupar, de acordo com sua origem geográfica, por “nações”, se organizando entre eles com o intuito de se protegerem das cobranças da população local, assinar contrato com os professores e determinar os ensinamentos de que tivessem necessidade, deste modo, pouco a pouco, estas “nações” estudantis reagruparam-se em “Universidades” (CHARLE & VERGER, 1996, pg 16 – 17).

Segundo Justino (2009), nos séculos XVII e XVIII surgiu o chamado “Grand Tour” que envolvia o estímulo da mobilidade de estudantes para as melhores universidades alemãs, francesas, italianas e inglesas.

Através dos estudos dos poucos documentos existentes no final do século XIV (pergaminhos de requerimentos individuais endereçados pelas Universidades aos Papados, registro de matrículas), os autores lançam uma luz sobre a mobilidade geográfica e social vivenciada pelos estudantes na Idade Média. Ainda recorrendo a Charle & Verger (1996, p. 27), ele argumenta que,

As populações universitárias medievais eram bastante móveis, uma vez que, em tese, nenhuma fronteira se opunha à circulação dos homens nem à validade dos diplomas. Contudo, na prática, tal mobilidade não deve ser superestimada. Ela beneficiava

principalmente as grandes universidades (Paris, Bolonha) e, mesmo ali, os estudantes de origem distante eram sempre minorias

Assim, observamos que, apesar do surgimento da Universidade ter sido marcada por um caráter internacional, o fato de ingressar na instituição e de realizar o intercâmbio era privilégio de uma pequena parte da população. Outro aspecto que merece destaque neste contexto, é que o conhecimento do latim era condição para entrada na Universidade, uma vez que a esta era a língua em que as obras dos autores clássicos eram escritas, além disso, acreditava-se que o domínio do latim facilitava a comunicação entre os mestres e seus alunos.

Após refletir brevemente sobre o início da Universidade, considerando o contexto da história da Universidade brasileira, vamos mostrar como a mobilidade estudantil foi construída na Educação Superior.

### **A Universidade, a Pós-Graduação e a Mobilidade Estudantil no Brasil: embarcando rumo a internacionalização**

A universidade no Brasil surge de forma tardia, no começo do século XIX, e é fruto do interesse das elites que buscaram educação em instituições europeias e retornaram ao país com sua qualificação durante o período de 1500 a 1800.

Durante o Brasil colônia Portugal não permitia a instalação de instituições de nível superior em suas colônias, com a finalidade da não disseminação de ideias pro-independência, além da escassez de recursos para a manutenção das instituições no território. Para atender a necessidade de qualificação da burguesia, Portugal concedia bolsas de estudo para que os filhos de colonos estudassem em Coimbra (LOPES; FARIA FILHO; VEIGA, 2003, P. 153), caracterizando o que denominamos aqui de mobilidade estudantil na época.

Não havia, pois, na Colônia estudos superiores universitários, a não ser para o clero regular ou secular [...] para os que não se destinavam ao sacerdócio, mas a outras carreiras, abria-se, nesse ponto de bifurcação, o único, longo e penoso caminho que levava às universidades ultramarinas, à de Coimbra [...] e à de Montpellier [...]. (AZEVEDO, 1971, p. 532)

Com a transferência da família real para o Brasil, houve a necessidade de se criar o ensino superior na colônia. Desta forma foram fundadas unidades de ensino simples, denominadas Cátedras, constituídas de um professor que com seus próprios meios ensinava seus alunos em locais improvisados, ministrando os cursos de medicina, engenharia e direito (LOPES; FARIA FILHO; VEIGA, 2003). Só em 1920 é que

teremos a primeira Universidade no Brasil, a Universidade do Rio de Janeiro. A partir deste momento, temos as primeiras leis que regulamentaram a criação e o funcionamento de instituições de ensino superior nos Estados e o início das diversas reformas em sua estrutura.

Neste período, também, temos uma mudança na concepção mundial de mobilidade, advindas da atmosfera de conflitos e guerra da época, no qual se passou a acreditar que o estudante deveria adquirir conhecimento com a finalidade de conviver de maneira pacífica com os diferentes povos. Esta concepção teve ainda maior ênfase na década de 1950, quando o interesse mundial voltou-se para a Educação para a Paz, em um contexto de reconstrução dos países destruídos pela Segunda Guerra Mundial, em que se iniciaram programas de governo que incentivavam o intercâmbio cultural.

Mais tarde, no ano de 1968, o Ensino Superior brasileiro passou por uma grande Reforma Estrutural, seguindo nas esteiras das Reformas Educacionais de caráter capitalista com ações e projetos governamentais apontando para um alinhamento ao capital internacional. Esta estruturação foi guiada por orientações estabelecidas pelos acordos MEC – USAID<sup>1</sup>, Relatórios do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária e o Relatório Meira Matos, sendo efetivada pela Lei 5.540/ 68 e pelo Estatuto do Magistério Superior Federal do mesmo ano (Lei 5.539/68).

A reforma do ensino empreendida em 1968, (...), propiciaram condições institucionais para a efetiva criação da universidade no Brasil, onde, até então, existiam apenas faculdades isoladas ou ligadas por laços mais simbólicos do que materiais (CUNHA, 1999, P. 08).

A Lei 5.540/68 estabeleceu o fim das cátedras e a departamentalização, ou seja, o parcelamento do trabalho na Universidade instituiu os cursos parcelados através de créditos, adotou o vestibular unificado e classificatório e criou uma estrutura burocrática para dar suporte ao parcelamento e fragmentação do trabalho na Universidade. A lei 5.539/68, que alterou o Estatuto do Magistério das Instituições Federais de Ensino Superior, estabeleceu a progressão na carreira docente dependente dos graus acadêmicos de mestre e doutor e o trabalho em tempo integral e de dedicação exclusiva

---

<sup>1</sup> Acordo entre o Ministério da Educação e Cultura - MEC e a United States Agency for International Development –USAID, que deu à USAID um poder de atuação em todos os níveis de ensino, nos ramos acadêmico e profissional, no funcionamento do sistema educacional, através da reestruturação administrativa, no planejamento e treinamento de pessoal docente e técnico, e no controle do conteúdo geral do ensino através do controle da publicação e distribuição de livros técnicos e didáticos (CLARK; NASCIMENTO & SILVA, 2005, p. 05).

e instituiu incentivos com o objetivo de fixar os professores-pesquisadores na instituição (CUNHA, 1999).

Neste momento, o Brasil vivia uma ditadura Civil-militar caracterizada por um autoritarismo do estado e um forte alinhamento da economia Nacional ao padrão de desenvolvimento capitalista. O que representou a vitória da burguesia brasileira que defendia a internacionalização da economia e do conhecimento, através de um modelo de desenvolvimento dependente do capital estrangeiro, particularmente em torno do modelo e capital norte-americano (SILVA,2006).

Diante deste cenário, segundo Stallivieri, inicia-se na Educação Superior brasileira o movimento da reforma universitária, que tinha como base a eficiência administrativa, estrutura departamental e a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão como mote das instituições de Ensino Superior. Neste contexto, surgiram esforços e investimentos expressivos que impulsionaram o desenvolvimento de cursos de pós-graduação no Brasil e a possibilidade de realização de cursos de pós-graduação no exterior, com vistas à capacitação avançada do corpo docente brasileiro.

O Marco Legal da Pós-Graduação no Brasil data de 03 de dezembro de 1965. Com o intuito de reparar a não existência de uma regulamentação e definição claras dos fins e objetivos, e de estrutura desta modalidade de ensino, a Câmara de Ensino Superior (CES), do então Conselho Federal de Educação (CFE), aprovou o Parecer n 977, conhecido como Parecer Sucupira, que estabeleceu o formato institucional básico da Pós-Graduação brasileira, que, segundo Cury (2005), foi e ainda continua sendo a referência sistemática para sua organização e implementação.

Vale ressaltar, que estes esforços para uma melhor articulação da Pós-Graduação no Brasil, seguiu o ideal da ditadura de um Projeto de Modernização do País, voltado para a consolidação do modelo capitalista, visando à formação de recursos humanos de alto nível de qualificação científica e tecnológica que viabilizasse o fortalecimento deste Projeto Econômico, que vem sendo construído através dos inúmeros governos e momentos políticos perpassados pelo Brasil até hoje.

A esse respeito Cunha (1991), nos lembra que, durante o regime militar, as transformações da pós-graduação no Brasil seguiram uma filosofia tecnicista apoiada em um tipo de regulação própria de regimes de exceção, além de se basearem no modelo norte-americano, o qual procurava estabelecer controles sobre as sociedades periféricas.

Para tal, foi implantada uma contínua política de medidas para garantir o desenvolvimento sistemático deste nível de ensino que buscavam articular o desenvolvimento científico com uma ampla estratégia de desenvolvimento econômico do país. Com estas medidas a formação de recursos humanos qualificados era crucial para implementar este projeto. Diante disso, o governo brasileiro lançou inicialmente um ambicioso programa de capacitação de pesquisadores, oferecendo bolsas para pós-graduação em outros países, ampliando as oportunidades de estudo no exterior criando assim, uma nova concepção e finalidade para a mobilidade estudantil, diferente daquela disseminada do período pós-guerra.

Segundo Santos e Azevedo (2009), diante de influências externas, na medida em que o sistema foi se tornando mais complexo, aos poucos esse nível de ensino foi adotando contornos particulares de constituição e padrão internacionalizados, a partir deste plano de oferecimento de bolsas de estudo para formação de professores e pesquisadores brasileiros no exterior e acordos de intercâmbio cultural-científico, que traziam pesquisadores de vários países para cá.

Na década de 1990, a Educação Superior brasileira se depara com outra Reforma Estrutural, cujas características eram embasadas nas recomendações do que se convencionou chamar Consenso de Washington, geradas pelas pressões por relações mais estreitas com o setor produtivo, exercidas por agências internacionais como a UNESCO, FMI e Banco Mundial. Estas agências internacionais desempenharam (e desempenham) um papel decisivo na legitimação dos discursos da agenda do Neoliberalismo, marcado pelo discurso de quantidade em detrimento a qualidade, tendo como um dos pontos chaves a expansão de atendimento educacional e sua mercantilização.

Parafraseando ANDERSON (1995), o Neoliberalismo trata-se de um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional e a política educacional passa a ser considerada, no marco das políticas sociais, como uma política de caráter instrumental e subordinada à lógica econômica.

Seguindo este conceito, nas palavras de Marilena Chauí, a Universidade nos anos 1990 foi voltada diretamente para o mercado de trabalho e “regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível, a universidade operacional está estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional” [...] (CHAUÍ, 2001, p.190).

Com o advento da globalização tendo por base o Neoliberalismo, vista por David Harvey como o “encolhimento do mundo”, aquela sensação de que tudo ficou mais próximo nos dias atuais. Ocorre que espaço e tempo perderam suas configurações originais, muito porque os fenômenos que surgiram com a diluição de fronteiras, o desenvolvimento das tecnologias de comunicação e informação e os meios de transporte, estão cada vez mais acentuados. Tudo isso acarreta mudanças na forma como as pessoas circulam pelo mundo.

Essas características estão presentes, também, na mobilidade estudantil e esta passa a refletir na medida em que a distância dos territórios diminui e os interesses econômicos, políticos e sociais prevalecem. Pode-se afirmar que a mobilidade, a partir deste momento, começa a aproximar uma série de fronteiras, mesmo às simbólicas que existiam em períodos anteriores e que eram elementos de diferenças sociais, políticas e econômicas.

A Pós-Graduação, não ficou de fora diante dos impactos causados por este novo contexto. Sua função de qualificação de recursos humanos para atender a demanda do desenvolvimento econômico se fortaleceu ainda mais, vivenciando uma transição de seu *status* de identidade pública – própria do Estado do Bem Estar – para o de identidade mercantil – própria do Estado empresarial. Com isso, nos deparamos com a expansão significativa da matrícula, a diversificação da oferta, as propostas de mestrados profissionalizantes, diversificação das fontes de financiamento, as alianças estratégicas entre agências internacionais, governos e corporações, a diferenciação dos docentes em função de indicadores de produtividade, a internacionalização e globalização do conhecimento, o predomínio de Tecnologias da Informação e da Comunicação e de alternativas de aprendizagem à distância, a redefinição das estruturas que regulam a produção e circulação do conhecimento em âmbito global (HOSTINS, 2014).

No final dos anos 1990, um movimento marcante intensificou a mobilidade de estudantes em âmbito Mundial, a Declaração de Bolonha, assinada em 1999, que visava a unificação do Ensino Superior na Europa, propondo um sistema de créditos que incentivava a mobilidade de estudantes através da livre circulação, além de estimular o desenvolvimento de critérios e metodologias para o desenvolvimento curricular, cooperação interinstitucional, programas integrados de estudo, de estágio e de investigação e, assim, ampliar o poder da Europa frente ao mundo da globalização.

Tendo como influência as ideias propostas através da Declaração de Bolonha e acompanhando a tendência mundial da Globalização, o Brasil adentra o século XXI



com o objetivo de intensificar suas relações internacionais no campo da Educação Superior, com a temática da internalização ocupando um importante espaço no processo de decisão na elaboração de políticas educacionais.

Como internacionalização da Educação Superior entendemos, nas palavras de Morosini (2006, p.97),

(...) qualquer esforço sistemático que tem como objetivo tornar a Educação Superior mais respondente às exigências e desafios relacionados à globalização da sociedade, da economia e do mercado de trabalho (MOROSINI, 2006, p. 97).

Corroborando esta meta de fortalecimento das relações educacionais brasileiras no cenário mundial, o Plano Nacional de Pós-Graduação, do período 2005 – 2010, instituído em dezembro de 2004, em seu item 4.5, que trata das políticas de cooperação internacional e de formação de recursos humanos no exterior, afirma que

Deve-se estimular a cooperação internacional por intermédio das universidades, de tal forma que o intercâmbio entre alunos e professores seja institucionalizado, permitindo inclusive a apresentação de projetos de captação de recursos junto às agências de fomento internacionais (BRASIL, Plano Nacional de Pós-Graduação, 2005, p. 63).

E para tal, o referido Plano sugere como modalidades de cooperação internacional,

- \* Ampliação do atual modelo de parceria institucional, dentro de uma relação de reciprocidade e simetria entre instituições nacionais e estrangeiras. Tais parcerias envolveriam intercâmbio recíproco de alunos e professores em projetos de pesquisa específicos, bolsas-sanduíche para os alunos, estágios de curto prazo para professores e estágios para recém doutores;
- \* Intensificação dos programas de intercâmbio, visando ao compartilhamento na orientação de doutorandos com pesquisadores atuando no exterior em áreas de interesse estratégico para o país;
- \* Apoio a estágio de pós-doutoramento para jovens doutores, tendo como base a qualidade do projeto a ser desenvolvido;
- \* Ampliação do intercâmbio institucional de estudantes de graduação visando a seu futuro ingresso na pós-graduação;
- \* Estímulo a parcerias e formação de redes de pesquisa na cooperação Sul-Sul, como suporte à formação de recursos humanos em áreas prioritárias e de interesse comum (BRASIL, Plano Nacional de Pós-Graduação, 2005, p. 63).

Na esteira dessa compreensão foram criados Programas de Intercambio Institucionais que permitiam ao estudante, tanto de graduação como de pós-graduação, estabelecer um vínculo temporário com a instituição receptora, retornando à Instituição

ao final do período de afastamento previamente autorizado pelo colegiado de curso, para dar prosseguimento à sua formação acadêmica.

O mais recente destes Programas, e o mais abrangente em termos de recursos e alcance, é o Programa Ciência sem Fronteiras, instituído pelo Decreto Nº 7.642, de 13 de dezembro de 2011, como uma iniciativa do Governo Federal, por meio dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e da Educação (MEC) e suas instituições de fomento – o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

O referido Programa atende a alunos de graduação e pós-graduação por meio da concessão de cotas de bolsas de intercâmbio institucional para os mais diversos países do globo, com o objetivo de ampliar a cooperação técnica e científica, e o desenvolvimento de estudos e pesquisas de brasileiros no exterior, promovendo a internacionalização da ciência e da tecnologia nacional e expandindo significativamente as oportunidades de mobilidade de estudantes.

A pós-graduação, nível de ensino no qual se investiu expressivamente desde a reforma de 1968 até os dias atuais, tem seu espaço garantido no Programa Ciência sem Fronteiras, através do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior - PSDE, Regulamentado pela Portaria nº 69, de 02 de maio de 2013. O PDSE substitui o antigo Programa de Doutorado no País com Estágio no Exterior (PDEE), e traz consigo mudanças na concessão de cotas de bolsas às IES, a duplicação do número de bolsas e a desburocratização no processo de concessão destas.

Com estas ações de incentivo a mobilidade estudantil e de cooperação internacional, o Brasil vem amparando seus recursos e investimentos cada vez mais no discurso sustentado pelo neoliberalismo para dar conta das novas demandas exigidas pelo mercado econômico da globalização. Este processo é entendido, em termos teóricos, pelo sociólogo português Boaventura de Sousa Santos (2002), como um processo complexo e abrangente, que atinge desde a vida social como os sistemas financeiros e produtivos, alicerçados numa revolução tecnológica de informação e comunicação, gerando como consequência uma erosão do Estado Nacional e a reconstrução de uma sociedade civil marcada por um aumento significativo das desigualdades sociais, grandes movimentações de pessoas entre as fronteiras e um protagonismo das empresas e instituições financeiras multinacionais, ditando uma nova prática cultural e identitária aos moldes do consumo globalizado.

### **Considerações finais: chegada ao destino final**

Diante dos fatos discutidos até aqui, percebemos que a Universidade se caracteriza mediante o contexto histórico em que está inserida, sofrendo inúmeras mudanças na sua estrutura e função para atender aos interesses próprios dos grupos que detém o poder naquele momento.

No seu início tinha a função de suprir as necessidades da Igreja, num contexto de transformações históricas de desenvolvimento do ocidente e crescimento populacional na idade média, de qualificar seus eclesiásticos para conduzir um maior número de fiéis, não perdendo assim o seu poder político e social na sociedade medieval, da mesma forma, em menor escala, formar e qualificar os membros da burguesia para atuarem nos tribunais e para gerir os negócios, tanto públicos quanto privados, numa conjuntura de renovação econômica e renascimento das cidades.

Não diferente deste modelo, a Universidade hoje tem seu papel voltado para a formação de recursos humanos de alto nível de qualificação científica e tecnológica que viabilize o fortalecimento de Projetos Econômicos pautados no discurso defendido pelo Neoliberalismo, o qual defende transformar todo o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional, quebrando as barreiras fronteiriças da economia e do conhecimento, diminuindo as distâncias entre as nações e tornando-as politicamente e economicamente dependentes entre si, fortalecendo ainda mais as nações centrais e de supremacia de poder.

Este modelo de Educação Superior voltado para atender ao desenvolvimento econômico vem sendo construído no Brasil através dos inúmeros governos e momentos políticos perpassados pelo país até hoje, através das suas diversas Reformas estruturais, transformando a educação brasileira em uma mercadoria e cedendo às pressões coordenadas pelo Banco Mundial e demais agências internacionais, em nome de interesses econômicos e políticos.

Acompanhando este cenário de transformações, a mobilidade estudantil perpassa por diferentes conceitos ao longo de sua trajetória, desde a concepção de “nações” estudantis em busca de conhecimento, passando por um breve momento de aquisição de informações com a finalidade de conviver de maneira pacífica com os diferentes povos, até chegar a sua atual função que é de importante ferramenta de diminuição da distância

dos territórios diante dos interesses econômicos, políticos e sociais ampliando a cooperação e difusão técnica e científica, gerando um “encurtamento” do mundo nos termos neoliberais, através do rompimento das fronteiras geográficas e culturais entre os povos, fortalecendo as nações frente ao mundo da Globalização.

Contudo, apesar de acreditarmos que as profundas mudanças econômicas, sociais e culturais próprias de cada tempo incidem de modo determinante sobre os conceitos de cultura e civilização, com evidentes consequências para a experiência educativa, observamos que até a presente data, a Universidade se mantém com as características de significado semelhantes as do seu nascimento no início do século XIII descritas por Charle & Verguer (1996, p. 7), os quais atribuem a ela o sentido de “comunidade (mais ou menos) autônoma de mestres e alunos reunidos para assegurar o ensino de um determinado número de disciplinas em um nível superior”.

A despeito da mobilidade estudantil, ressaltamos que as ideias propostas pelo neoliberalismo, de um mundo global, interdependente e de livre circulação de pessoas, alicerçando-se num discurso de globalização econômica e do conhecimento, assimiladas pelas políticas educacionais em todo o mundo, nada mais são do que uma reconstrução e/ou ressignificação das características da mobilidade geográfica e social vivenciadas na Idade Média e demonstradas pelos autores acima. Segundo Charle & Verger,

As populações universitárias medievais eram bastante móveis, uma vez que, em tese, nenhuma fronteira se opunha à circulação dos homens nem à validade dos diplomas. Contudo, na prática, tal mobilidade não deve ser superestimada. Ela beneficiava principalmente as grandes universidades, mesmo ali, os estudantes de origem distante eram sempre minorias (CHARLE & VERGER, 1996, p. 27).

Outro fato que marca a Universidade, ao longo da sua história, e por sua vez a Educação Superior brasileira, é que, apesar dos vários momentos de reconstrução e esforços de expansão do atendimento educacional através das políticas neoliberais, esta é uma instituição de caráter excludente e de origem elitista, na qual o seu ingresso e acesso a mobilidade estudantil é privilégio de uma minoria que detém o poder econômico e social na sociedade para atender às necessidades de um mercado econômico dinâmico com um “protagonismo das empresas multinacionais e das instituições financeiras multilaterais, das novas práticas culturais e identitárias aos estilos de consumo globalizado” (SANTOS, 2002, p.11).

## BIBLIOGRAFIA

- ATAÍDE, Marlene Almeida de. A universidade do futuro diante das transformações globais: que futuro espera-se. Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas, v. 5, UFVJM, 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. V Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2005-2010. Brasília: CAPES, 2005a e b.
- CHARLE, Christophe; VERGER, Jacques; Tradução FERNANDES, Elcio. História das Universidades. São Paulo. Editora Unesp, 1996.
- CHAUÍ, Marilena. Modernização versus democracia. In: Escritos sobre a Universidade. São Paulo. Editora Unesp, 2001.
- CUNHA, Luiz Antonio. Reforma Universitária em crise: gestão, estrutura e território. In. TRINDADE, H. (org.). Universidade em ruínas: na república dos professores. Petrópolis, RJ: Vozes / Rio Grande do Sul: CIPEDDES, 1999.
- HOSTINS, Regina Célia Linhares. Os Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG) e suas repercussões na Pós-Graduação brasileira. Perspectiva: Revista do Centro de Ciências da Educação, v.32. Editora UFSC, 2014. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/viewFile/10315/9578>. Acesso em 03 de julho de 2015.
- MOROSINI, M. C. **Universidades empreendedoras, sustentáveis e “acreditação”:** **constatações do mundo desenvolvido.** Relatório da participação no 24º Annual EAIR Fórum. Porto Alegre: CAPES, 2002.
- SANTOS, Ana Lúcia Félix dos; AZEVEDO, Janete Maria Lins de. A pós-graduação no Brasil, a pesquisa em educação e os estudos sobre a política educacional: os contornos da constituição de um campo acadêmico. Revista Brasileira de Educação, v. 14, n. 42, 2009.
- SILVA, Romeu Adriano, Golpe Militar e adequação nacional à Internacionalização capitalista (1964-1984). HISTEDBR (1986-2006). Unicamp, 2006. [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo\\_militar\\_intro.html](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo_militar_intro.html). Acesso em 03 de julho de 2015.
- SOUSA, Ana Paula Ribeiro de; COIMBRA, Leonardo José Pinho; SOUSA, Mirian Santos de. Reforma Universitária e as consequências para a qualidade da Educação Superior Pública: o caso da Universidade Federal do Maranhão. Jornada Internacional de Políticas Públicas. Maranhão, 2011.

SOUZA SANTOS, Boaventura. **A Globalização e as Ciências Sociais. São Paulo: Cortez. 2002.**

STALLIVIERI, Luciane. **O sistema de ensino superior do Brasil características, tendências e perspectivas.** Universidade de Caxias do Sul. Assessoria de Relações Interinstitucionais e Internacionais. s/d. Disponível em: [http://www.ucs.br/ucs/tpIPadrao/tpICooperacaoCapa/cooperacao/assessoria/artigos/imprimir/sistema\\_ensino\\_superior.pdf](http://www.ucs.br/ucs/tpIPadrao/tpICooperacaoCapa/cooperacao/assessoria/artigos/imprimir/sistema_ensino_superior.pdf) Acesso em 06/fev./2014.

TEIXEIRA, Anísio. Uma perspectiva de educação superior no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v.36, n.86, p. 21-82, jul./set., 1961.

\_\_\_\_\_. **Educação no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1999.